

POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO CEARÁ

INTERNATIONALIZATION POLICY OF A HIGHER EDUCATION INSTITUTION IN CEARÁ

Jones Baroni Ferreira de Menezes

Andrea Chagas Alves de Almeida

<jones.baroni@uece.br>, <andreachagasalmeida@gmail.com>

Resumo. O intuito desta pesquisa é investigar as políticas institucionais voltadas à internacionalização na Universidade Estadual do Ceará. Assim, ela caracteriza-se como um estudo de caso, de abordagem qualitativa, com foco na análise documental. A coleta de dados incluiu análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e normativos internos da Universidade publicados entre 2011 e 2024. Posteriormente, eles foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, baseada em Gibbs (2009). Baseada nos documentos analisados, emergiram três categorias que ajudam a identificar os avanços e desafios que cada instituição enfrenta em suas iniciativas de internacionalização: 1. Políticas Institucionais e Governança; 2. Mobilidade Acadêmica; e 3. Inclusão, Preparação Linguística e Competências Interculturais. O exposto demonstra o compromisso da Instituição na promoção de uma educação superior qualificada e conectada com o cenário internacional.

Palavras-chave: Universidade cearense. Mobilidade acadêmica. Internacionalização.

Abstract. The purpose of this research is to investigate institutional policies aimed at internationalization at the State University of Ceará. Thus, it is characterized as a case study, with a qualitative approach, focusing on documentary analysis. Data collection included documentary analysis of the Institutional Development Plan (PDI) and internal regulations of the University published between 2011 and 2024. Subsequently, they were analyzed using the content analysis technique, based on Gibbs (2009). Based on the documents analyzed, three categories emerged that help identify the advances and challenges that each institution faces in its internationalization initiatives: 1. Institutional Policies and Governance; 2. Academic Mobility; and 3. Inclusion, Linguistic Preparation and Intercultural Skills. The above demonstrates the Institution's commitment to promoting qualified higher education connected to the international scenario.

Keywords: Universities of Ceará. Academic mobility. Internationalization.

1 Internacionalização do Ensino Superior

Nas últimas décadas, a internacionalização tem se consolidado como uma estratégia central para as Instituições de Ensino Superior (IES) em diversos países. Além de proporcionar cooperação acadêmica e mobilidade estudantil, essa política tem um papel crucial na inserção das universidades em cenários globais de pesquisa e desenvolvimento.

A internacionalização do ensino superior é o processo de integrar dimensões internacionais, interculturais e globais à missão, funções e práticas das instituições de ensino superior. Esse processo abrange áreas como ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, promovendo a colaboração entre instituições de diferentes países, o intercâmbio de estudantes e docentes, e a criação de uma perspectiva global no ambiente acadêmico (PESSONI; PESSONI, 2021). Ele pode ocorrer tanto de forma presencial, por meio da mobilidade física de alunos e professores, quanto

virtualmente, com programas online, como intercâmbios virtuais e cursos colaborativos entre instituições (CUNHA; MELO; AKKARI, 2022).

Os objetivos principais desta iniciativa é a melhoria da qualidade acadêmica, promovida pela troca de conhecimentos e práticas inovadoras; o fortalecimento da pesquisa, por meio da criação de redes globais que enfrentam desafios complexos de forma colaborativa; a preparação de cidadãos globais, aptos a atuar em um mundo interconectado; e a promoção da diversidade cultural, enriquecendo o ambiente universitário com diferentes perspectivas e experiências (ALMEIDA; SANT'ANNA; LIMA, 2021).

No Brasil, a internacionalização do ensino superior é incentivada por uma série de diretrizes e marcos legais que buscam integrar as universidades ao cenário acadêmico global, promover a mobilidade de estudantes e pesquisadores, e fortalecer a cooperação internacional. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 é um dos pilares desse processo, com metas que visam ampliar o acesso ao ensino superior e elevar a qualidade da pós-graduação por meio de parcerias internacionais. Entre essas metas, destacam-se a criação de condições para atrair estudantes estrangeiros e o estímulo a programas de excelência acadêmica (BRASIL, 2014).

Numa linha histórica, temos o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi uma importante iniciativa do governo brasileiro, criado em 2011 que vigorou até 2015. Ele possibilitou consolidar a prática de intercâmbio internacional e beneficiou mais de 100 mil estudantes e pesquisadores durante a sua execução, o que permitiu que o Brasil expandisse as redes de pesquisa, impactou na formação de capital humano altamente qualificado e no estreitamento das relações entre o Brasil e outros países em várias áreas do conhecimento, agregando novas habilidades e contribuições para a inovação tecnológica e científica no Brasil (BRASIL, 2015).

Outro marco relevante é o Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt), lançado em 2017. Também desempenha um papel crucial ao apoiar projetos de cooperação internacional, mobilidade de docentes e discentes e o fortalecimento de redes de pesquisa globais. Essa iniciativa está alinhada à autonomia prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que permite às universidades brasileiras firmarem convênios com instituições estrangeiras para promover ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2017)

No contexto das Instituições de Ensino Superior no Ceará, a internacionalização surge como um caminho promissor para promover visibilidade internacional e fomentar inovação. No entanto, esse processo precisa ser compreendido à luz dos desafios e particularidades regionais, como recursos limitados e questões estruturais.

Embora a literatura nacional já aborda amplamente a internacionalização nas universidades brasileiras, ainda há poucas análises voltadas para a compreensão dessas políticas em instituições de estados do Nordeste, especialmente no Ceará, o que pode deixar lacunas na compreensão de como essas políticas são implementadas e adaptadas às realidades locais.

Com base no que se expressa, eis que surge a problemática do trabalho em questão: Como as instituições de ensino superior do Ceará estão estruturando e implementando suas políticas de internacionalização? Desse modo, o intuito desta pesquisa é investigar as políticas institucionais voltadas à internacionalização dos cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância na Universidade Estadual do Ceará.

A fim de responder essa pergunta problematizadora, o trabalho em questão está estruturado em quatro partes. O artigo tem início com uma introdução que contextualiza e apresenta o tema central da pesquisa, destacando sua relevância e os objetivos do estudo. Na segunda seção, são detalhados os caminhos metodológicos seguidos, incluindo as abordagens, técnicas e instrumentos utilizados para a coleta e análise de dados. Em seguida, é apresentada uma análise da política de internacionalização da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com ênfase nas práticas e estratégias implementadas pela instituição. Por fim, o artigo é concluído com as

considerações finais, nas quais são discutidos os principais achados da pesquisa, suas implicações e sugestões para futuras investigações sobre o tema.

2 Percorso metodológico

A pesquisa em tela adota um estudo de caso, de abordagem qualitativa, com foco na análise documental, buscando compreender como as políticas institucionais de internacionalização são desenvolvidas e implementadas no contexto das instituições de ensino superior do Ceará.

A pesquisa documental é uma modalidade de investigação que utiliza documentos como fonte primária de informações que envolve a identificação, seleção e análise de um fenômeno, problema ou questão específica. Esses documentos podem ser de diversos tipos, como registros escritos, imagens, vídeos, áudios e até objetos materiais, desde que sirvam como registros históricos ou evidências de um contexto ou realidade. Seu objetivo principal é compreender e interpretar fatos, contextos históricos, práticas sociais ou fenômenos, a partir das informações contidas nos documentos, tornando-se uma ferramenta valiosa para investigar temas em profundidade, utilizando materiais existentes como base para gerar novas interpretações e insights (LIMA JÚNIOR et al., 2021).

A unidade de análise desta pesquisa é a Universidade Estadual do Ceará (UECE). Essa IES destaca-se como uma das melhores universidades do Brasil e a melhor do Norte/Nordeste em “Educação de Qualidade”, no *The Impact Rankings 2024*, da Times Higher Education (UECE, 2024). Ao final de 2023, a IES contava com 17.812 alunos matriculados. Deste, 2.750 estudantes estão vinculados a curso na modalidade a distância, o que representa mais de 15% do total de discentes (UECE, 2024).

A coleta de dados incluiu análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e normativos internos da Universidade e dados do setor responsável pela internacionalização na IES, disponíveis nas páginas eletrônicas da instituição e publicados entre 2011 e 2024, período em que foram lançados programas nacionais de apoio e incentivo à internacionalização.

Os dados qualitativos, oriundos dos documentos, foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, baseado em Gibbs (2009), sendo divididas nas seguintes etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização e/ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação, identificando categorias temáticas relevantes.

A pesquisa está em acordo com os preceitos da Ética em Pesquisa, seguindo o preconizado nas Resoluções 510/2016 (BRASIL, 2016) e na Lei nº 14.874/2024 (BRASIL, 2024), que regulam as pesquisas desenvolvidas na área de Ciências Humanas e Sociais.

3 Internacionalização do ensino superior: o caso da UECE

A internacionalização das instituições de ensino superior (IES) no Ceará tem se intensificado nos últimos anos, refletindo um esforço para integrar-se ao cenário acadêmico global. Destarte, nesta seção concentra-se na descrição dos documentos institucionais selecionados para análise dos dados sobre o processo de internacionalização da UECE, objetivos institucionais e diretrizes e estratégias presentes nos documentos institucionais.

A implementação de políticas de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Ceará tem avançado de forma diferenciada, com algumas instituições mais adiantadas do que outras em termos de estrutura e alcance de suas iniciativas. A UECE ampliou sua visão e organizou este processo a partir de 2018.

Durante este período, foram considerados para análise cinco principais documentos que versam sobre temáticas relativas à internacionalização, a saber:

- Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual do Ceará para os anos de 2022 - 2026;
- Resolução nº 1415/2018 - CONSU, de 07 de maio de 2018, que institui a Política de Internacionalização da Uece;
- Resolução nº 4260/2018 - CEPE, de 10 de maio de 2018, que aprova o Plano Institucional de Internacionalização da Uece;
- Resolução nº 1682/2021 – CONSU, de 14 de junho de 2021, a qual o formaliza e aprova o regimento do Escritório de Cooperação Internacional – ECInt;
- Resolução nº 3907/2015 – CEPE, de 23 de outubro de 2015, que institui e regulamenta a mobilidade e o intercâmbio nacional e internacional dos discentes de graduação da Uece.

Baseada nesses documentos listados, emergem três categorias que estruturam a análise do processo de internacionalização na Universidade Estadual do Ceará e que ajudam a identificar os avanços e desafios que cada instituição enfrenta em suas iniciativas de internacionalização. São elas:

1. Políticas Institucionais e Governança
2. Mobilidade Acadêmica
3. Inclusão, Preparação Linguística e Competências Interculturais

A **Políticas Institucionais e Governança** estão alinhadas às políticas institucionais das IES, na qual definem as diretrizes estratégicas que orientam a internacionalização nas universidades, incluindo sua governança e a articulação entre diferentes setores.

Na IES analisada, observamos a presença da temática explicitamente no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o período 2022-2026. Neste documento, é observado a centralidade da internacionalização dentro do seus princípios e valores institucionais (“Inserção nacional e internacional”), bem como a promoção da internacionalização das ações universitárias é um dos objetivos institucionais (UECE, 2022).

Neste ponto, o documento também salienta que a crescente consolidação de programas de integração e cooperação com empresas públicas e privadas, instituições de fomento e desenvolvimento, órgãos governamentais e universidades, tanto no Ceará quanto em outras regiões do Brasil e no exterior, tem sido fundamental para a ampliação da presença da instituição no cenário nacional e internacional. Tais parcerias estratégicas favorecem a realização de projetos colaborativos, o intercâmbio de conhecimentos e o fortalecimento de redes acadêmicas e científicas, impulsionando a internacionalização e o avanço institucional (UECE, 2022).

Neste cenário que ainda em 2018, considerando a necessidade de desenvolvimento de promover e ampliar internacionalmente as ações de ensino, pesquisa e extensão bem como fomentar a formação de discentes da graduação e pós-graduação, docentes e servidores da instituição foi publicada a Política de Internacionalização da Universidade Estadual do Ceará e que em seu artigo 2º apresenta quatro eixos de atuação:

- I. Promoção da pesquisa científica e da inovação por meio de ações cooperativas com grupos e pesquisadores de instituições estrangeiras.
- II. Melhoria da qualidade da formação dos estudantes por meio da mobilidade e parcerias de graduação e pós-graduação com instituições estrangeiras.
- III. Aprofundamento das trocas entre universidade e sociedade por meio do estímulo a uma maior consciência global.
- IV. Qualificação linguística da comunidade acadêmica com a perspectiva do estabelecimento de espaços multilinguísticos de formação (UECE, 2018a, p.2).

Associado à política, temos o Plano de internacionalização da Uece, regulamentado pela Resolução nº 4260/2018. Nele, há três grandes objetivos, a saber:

a. Proporcionar um maior espaço para a vivência da interculturalidade no qual o respeito mútuo às diferenças permita a construção de uma cultura de paz entre os diversos membros da comunidade acadêmica internacional. A troca entre pessoas de diferentes culturas e países possibilita uma formação humanista voltada para uma consciência planetária em que se compreende que todos habitamos a mesma casa; b. Ampliar o espírito de cooperação científica entre pesquisadores da UECE e estrangeiros possibilitando o aumento do impacto e da visibilidade internacional das pesquisas realizadas; e c. Estimular parcerias produtoras de inovação tecnológica e social para desenvolvimento do Estado do Ceará dentro do espírito de troca de conhecimento entre as diferentes nações e a diminuição das desigualdades regionais (UECE, 2018b, p. 14)

Atualmente, a implementação e coordenação dessa política estão sob a responsabilidade de um grupo gestor, liderado pelo Escritório de Cooperação Internacional (ECInt). Este grupo conta com a colaboração de representantes das Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa, Extensão e Planejamento, o que confere uma abordagem integrada e intersetorial ao processo. A participação das diversas pró-reitorias assegura que as ações de internacionalização alcancem diferentes áreas da universidade, promovendo uma atuação ampla e multifacetada. Essa estrutura organizacional destaca-se pela sua capacidade de envolver distintos setores acadêmicos e administrativos, o que potencializa a implementação de estratégias de cooperação e internacionalização em várias frentes, tanto no âmbito local quanto internacional.

O ECInt foi criado por meio da Resolução nº 1682/2021 – CONSU, de 14 de junho de 2021, e é uma célula de assessoria ligada diretamente à Reitoria. Tem como objetivo colunar “coordenar e promover as políticas de internacionalização e linguística da UECE, em acordo com a missão, a visão os objetivos e as metas presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade” (UECE, 2021).

As ações e atividades decorrentes das parcerias institucionais da UECE são formalizadas por meio de Termos de Cooperação Internacional (TCI), que são coordenados pelo Escritório de Cooperação Internacional (ECInt), com a participação de diversos agentes internos da universidade, como representantes das pró-reitorias, centros acadêmicos e outros setores diretamente envolvidos ou interessados. Estes termos servem como instrumentos legais que viabilizam a realização de intercâmbios acadêmicos, projetos de pesquisa colaborativa, estágios e outras iniciativas conjuntas com instituições de ensino superior internacionais.

Atualmente, a UECE conta com 31 Termos de Cooperação Internacional firmados com universidades e centros de pesquisa localizados em 11 países (Alemanha, Canadá, Chile, Cuba, Escócia, Espanha, Estados Unidos, Hungria, Itália, México e Portugal) (UECE, 2024). Isso demonstra o comprometimento da instituição em expandir suas fronteiras acadêmicas e promover uma educação cada vez mais globalizada. Essas parcerias são fundamentais para o fortalecimento da internacionalização da universidade, proporcionando aos seus alunos e docentes oportunidades de intercâmbio cultural e acadêmico, além de contribuir para o desenvolvimento de projetos e pesquisas de relevância internacional.

A organização e dinâmica do Escritório divide-se em 6 (seis) eixos principais temáticos de atuação: I – Convênios e Cooperação Internacionais; II – Mobilidades Acadêmicas Internacionais; III – Idiomas; IV – Comunicação Institucional e Eventos; V – Planejamento e Avaliação; e VI – Função Administrativa e Apoio Acadêmico. Tais eixos relacionam-se diretamente com as categorias 2 e 3 retratadas neste estudo e que serão detalhadas a seguir.

A segunda categoria é conceituada como **Mobilidade Acadêmica**. Ela abrange as ações e programas que promovem a circulação de estudantes, docentes e técnicos entre instituições de ensino superior, tanto no Brasil quanto no exterior..

Desde 2015, a UECE possui normativa acerca deste tema para discentes da graduação, a Resolução nº 3907/2015. O referido documento apresenta os requisitos para a participação de discentes e as formas de aproveitamento das atividades desenvolvidas durante a estadia nas instituições receptoras. São consideradas atividades de mobilidade acadêmica e de intercâmbio aquelas de “natureza técnica, científica, social e cultural, como disciplina, estágio obrigatório, pesquisa e extensão que visem à complementação e ao aprimoramento da formação integral do estudante” (UECE, 2015).

Ainda na Resolução nº 3907/2015, tem-se que a finalidade desta Mobilidade ou intercâmbio acadêmico são:

- I – Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana do discente, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;
- II – Quando internacional, promover a interação do discente com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;
- III – Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do discente, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;
- IV – Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre discentes e professores de instituições nacionais e internacionais;
- V – Contribuir para o processo de internacionalização do ensino da UECE.

Apesar de não ser explicitamente abordado no documento oficial da UECE, é importante considerar a mobilidade acadêmica sob duas perspectivas: a física e a virtual. A mobilidade acadêmica física envolve o deslocamento presencial dos estudantes para outras universidades, no Brasil ou no exterior, permitindo que participem de intercâmbios, programas de estudo ou pesquisa em instituições parceiras. Esse tipo de mobilidade oferece uma experiência imersiva, onde os alunos podem vivenciar novas culturas, melhorar suas competências linguísticas e estabelecer redes de colaboração internacional.

Por outro lado, a mobilidade acadêmica virtual, que tem ganhado destaque nos últimos anos, permite que os estudantes participem de cursos, projetos de pesquisa ou iniciativas acadêmicas à distância, utilizando plataformas digitais. Essa modalidade é especialmente relevante para cursos EaD, como os oferecidos pela UECE, uma vez que possibilita a participação de alunos em programas internacionais sem a necessidade de deslocamento físico, ampliando o acesso a conteúdos e experiências globais. A mobilidade virtual não só quebra barreiras geográficas, mas também oferece flexibilidade e acessibilidade, permitindo que os estudantes se envolvam em atividades acadêmicas com instituições internacionais, independentemente da sua localização.

Ambas as formas de mobilidade têm o potencial de enriquecer a formação dos alunos, proporcionando uma educação mais conectada com as demandas e oportunidades do cenário global e de grande aderência aos cursos de graduação na modalidade EaD. Entretanto, embora as iniciativas de internacionalização estejam avançando, a inclusão dos Cursos de Graduação EaD ainda precisa ser ampliada.

A internacionalização dessa modalidade enfrenta desafios específicos, como a adaptação dos currículos, a barreira linguística e a falta de parcerias estruturadas com instituições de ensino superior estrangeiras. Contudo, este desafio não é apenas da UECE, mas das diversas IES que ofertam EaD no Brasil, mesmo a modalidade EaD tendo se consolidado como uma alternativa de ensino flexível e acessível, permitindo que mais estudantes, especialmente em regiões distantes dos grandes centros urbanos, tenham acesso à educação superior.

A terceira categoria versa sobre a **Inclusão, Preparação Linguística e Competências Interculturais**, que são componentes essenciais para garantir o sucesso dos programas de internacionalização nas universidades, especialmente no que se refere à mobilidade acadêmica e

parcerias internacionais. Juntos, esses três aspectos formam a base de uma experiência internacional enriquecedora, permitindo que os alunos se tornem cidadãos globais preparados para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de um mundo cada vez mais interconectado e multicultural.

Neste que concerne a esta categoria, a Resolução nº 1441/2018, que institui a Política Linguística Institucional da Uece, conceituada como um conjunto de diretrizes e ações que visam promover a utilização de línguas estrangeiras no contexto acadêmico e institucional da universidade (UECE, 2018c).

Dentre os objetivos da referida Política, destacam-se:

VI – Institucionalizar as ações de programas de ensino de idiomas, como o Idiomas sem Fronteiras, como atividades curriculares complementares;

VII – Estimular o uso de idiomas estrangeiros em trabalhos científicos e na publicação de pesquisas;

VIII - Capacitar alunos para participação em cursos e disciplinas oferecidos em língua estrangeira na graduação e na pós-graduação;

IX – Promover a capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos em línguas adicionais. (UECE, 2018c, p.2)

Ademais, a Política Linguística Institucional da UECE inclui ações como:

- Oferecimento de cursos de línguas - disponibiliza cursos de idiomas, tanto para alunos de graduação quanto de pós-graduação, docentes e servidores de forma gratuita, por meio dos Núcleos de Línguas, para promover a fluência linguística e atender às exigências de programas de intercâmbio acadêmico.
- Preparação para exames de proficiência - desenvolve programas para capacitar seus alunos a realizarem exames de proficiência, com foco na mobilidade acadêmica e em oportunidades de estudo e pesquisa no exterior.
- Integração de línguas nos currículos: A política inclui a incorporação de conteúdos e disciplinas em línguas estrangeiras nos cursos oferecidos pela universidade, principalmente nas áreas que exigem maior inserção no contexto internacional.
- Parcerias internacionais: A universidade promove parcerias com instituições estrangeiras para possibilitar intercâmbios linguísticos e experiências de imersão, tanto no formato físico quanto virtual, proporcionando a seus alunos e docentes uma vivência multicultural.

Do exposto, compreendemos que a atração de estudantes e professores internacionais, aliada à oferta de programas bilíngues ou multilíngues, expande o alcance acadêmico e posiciona as instituições no cenário global. Além disso, parcerias internacionais impulsionam colaborações em pesquisa, permitindo acesso a recursos, redes de conhecimento e maior impacto nas publicações acadêmicas.

Nesse ínterim, observamos que a Universidade Estadual do Ceará (UECE) tem demonstrado crescente interesse e esforço para expandir sua atuação internacional, inclusive na inserção deste intento nos documentos institucionais e na criação de normativas próprias que fomentam este processo, ciente de que a internacionalização não é apenas uma estratégia para aumentar a visibilidade e competitividade das instituições de ensino superior, mas também uma forma de contribuir para o desenvolvimento global, abordando desafios sociais, econômicos e culturais em um mundo cada vez mais interconectado.

Para mais, os esforços envidados refletem o compromisso da Instituição em promover uma educação superior mais inclusiva, diversificada e conectada às tendências globais, ampliando a sua relevância no cenário internacional.

4 Considerações Finais

À guisa de conclusão, a análise do processo de internacionalização da UECE, evidenciamos avanços significativos na institucionalização de políticas e ações voltadas à inserção da universidade no cenário global. Por meio da criação de marcos normativos, como a Política de Internacionalização e a Política Linguística Institucional, e da consolidação de estruturas organizacionais, como o Escritório de Cooperação Internacional (ECInt), a universidade tem ampliado seu alcance em termos de cooperação internacional, mobilidade acadêmica e intercâmbio cultural. Essas iniciativas fortalecem não apenas o ensino e a pesquisa, mas também promovem o desenvolvimento de competências interculturais e linguísticas entre os membros da comunidade acadêmica.

No entanto, desafios ainda permanecem, especialmente no que diz respeito à inclusão de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) nas estratégias de internacionalização. Apesar da crescente relevância da EaD como uma modalidade de ensino acessível e flexível, sua integração a programas de mobilidade acadêmica e parcerias internacionais ainda é limitada. Superar essas barreiras requer uma adaptação dos currículos, maior oferta de formação linguística e o estabelecimento de redes colaborativas com instituições estrangeiras que compreendam as especificidades da EaD.

De todo modo, a internacionalização na UECE caminha em direção a uma abordagem mais integrada e abrangente, buscando atender às demandas de um cenário acadêmico em constante transformação. A implementação contínua das políticas e estratégias apresentadas, aliada ao enfrentamento de desafios específicos, permitirá que a universidade amplie ainda mais sua inserção internacional, fortalecendo sua posição como um polo de excelência acadêmica, científica e cultural.

Referências

ALMEIDA, Marcia Cristina Alves dos Anjos; SANT'ANNA, Ângelo Márcio Oliveira; DE LIMA, Edson Pinheiro. Internacionalização no Ensino Superior e o Brasil como Case Study. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 22, n. 1, 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: MF/MP/MEC, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 jan. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório de Pesquisa - Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras**. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Transparência, Coordenação Data Senado, 2015. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/20/datasenado-92-dosbolsistas-aprovam-ciencia-sem-fronteiras>. Acesso em: 04 jan. 2025.

BRASIL. **Edital n. 41/2017** - Programa Institucional de Internacionalização - Capes-Print. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrint2.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CUNHA, Josane do Nascimento Ferreira; DE MELLO, Irene Cristina; AKKARI, Abdeljalil. Mobilidade internacional em tempos de pandemia. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 1, p. e006-e006, 2022.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SANTOS, Adriana Cristina Omena; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

PESSONI, Rosemeire Bom; PESSONI, Arquimedes. Internacionalização do ensino superior e a mobilidade acadêmica. **Educação UFSM**, v. 46, 2021.

UECE - Universidade Estadual do Ceará. **Resolução nº 3907/2015** – CEPE, de 23 de outubro de 2015, que institui e regulamenta a mobilidade e o intercâmbio nacional e internacional dos discentes de graduação da Uece. 2015.

UECE - Universidade Estadual do Ceará. **Resolução nº 1415/2018** - CONSU, de 07 de maio de 2018, que institui a Política de Internacionalização da Uece. 2018a.

UECE - Universidade Estadual do Ceará. **Resolução nº 4260/2018** - CEPE, de 10 de maio de 2018, que aprova o Plano Institucional de Internacionalização da Uece. 2018b.

UECE - Universidade Estadual do Ceará. **Resolução nº 1682/2021** – CONSU, de 14 de junho de 2021, a qual o formaliza e aprova o regimento do Escritório de Cooperação Internacional – ECInt. 2021.

UECE - Universidade Estadual do Ceará. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual do Ceará para os anos de 2022 - 2026**. Fortaleza: EdUECE, 2022.

